

Medida vai liberar moradores do Parque Moscoso de taxa

A União vai cobrar a taxa de marinha por mais cinco anos. Depois, será feita doação plena dos imóveis da região

Os 6,5 mil moradores do Parque Moscoso em breve estarão livres do peso que é viver em um terreno de marinha. A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) irá doar oficialmente a área em que o bairro está situada ao governo do Estado, assim que a regulamentação da Lei 9.636, que modificou as regras nos terrenos que pertencem à União, estiver encerrada na semana que vem.

Mas nem tudo são flores. Os moradores do bairro ainda terão que pagar 0,6% do valor do terreno (o equivalente ao foro) por mais cinco anos.

Segundo o tesoureiro da Associação de Moradores do Parque Moscoso, Osvaldo Mello, foi essa a condição imposta pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para que o acordo fosse fechado.

Mello explicou que o problema dos moradores já vem de longa data. Segundo ele, há 80 anos, o Congresso aprovou uma lei que doou a área do Parque Moscoso, que, na época, era chamado Campinho, ao governo do Estado, que urbanizou e loteou o terreno.

"Existem documentos registrados em cartório que confirmam a doação. Mesmo assim, a SPU considera que a doação foi ile-

gal e, portanto, não tem valor", informou Mello.

DOAÇÃO

Por conta disso, a SPU vai agora resolver o problema com o governo do Estado e, depois da regulamentação, fará uma doação plena. Se for necessário, os moradores terão que negociar, portanto, com o governo estadual.

Mello, no entanto, afirma que ninguém terá que pagar novamente para ficar no terreno: "Ninguém invadiu essa área. Os terrenos foram comprados do Estado ou doados por ele."

Para ele, a reunião com o secretário de Patrimônio da União, Hélio Carlos Gehrke, foi um avanço, apesar dos moradores do bairro ainda precisarem pagar o foro nos próximos cinco anos.

A Associação de Moradores de Bento Ferreira não compareceu à reunião com o secretário, que também estava marcada para ontem.

O presidente da associação, Osvaldo Lofêgo Netto, informou que os moradores estão lutando há anos para resolver a situação e as reuniões nunca põem um ponto final no problema: "Há quatro anos, entramos com um processo administrativo na Delegacia de Patrimônio da União e ainda não tivemos retorno."

Associação discute regras

A Associação de Proprietários e Possuidores de Terrenos de Marinha estará reunida na segunda-feira, às 19 horas, na Casa do Comércio, para fazer os últimos acertos antes de entrar na Justiça contra a Lei 9.636, que modificou as regras para quem mora em área de marinha.

O diretor da Associação Comercial de Vitória, Geraldo Barcelos, informou que o objetivo é dar entrada na primeira ação coletiva na Justiça na terça-feira da semana que vem.

As entidades representativas dos moradores estão se reunindo o secretário de Patrimônio da União, Hélio Carlos Gehrke, para tentar resolver a situação de alguns ocupantes ainda através da regulamentação da lei, que estará sendo finalizada na próxima semana.

Como poucos casos foram solucionados até agora, a associação vai mesmo apelar para a Justiça. Com a primeira ação, pretende-se apenas bloquear a exe-

cução da Lei 9.636, que tem como ponto fundamental a venda da área de marinha aos seus ocupantes pelo valor de mercado.

Se conseguirem vencer a primeira batalha, poderão lutar contra pontos específicos da lei. Uma das questões polêmicas é o limite de financiamento fixado em 80 anos.

O secretário de Patrimônio da União já deixou claro que esse ponto da lei não será alterado, por causa das normas estabelecidas pela Caixa Econômica Federal para financiamentos, já que o banco é que vai coordenar a questão do parcelamento.

Segundo Barcelos, além de apelar para a Justiça, o objetivo é também criar um escritório para atender aos moradores e centralizar as informações. Assim, seria mais fácil receber as queixas e reunir a documentação de todos os que moram em área de marinha.

Trabalhador do Norte recebe verba

Os trabalhadores que foram beneficiados pelas Frentes Produtivas de Trabalho irão receber seu primeiro pagamento na próxima semana. A informação foi dada ontem pelo secretário de Planejamento do governo do Estado, Guilherme Lacerda.

Ele disse que, para a realização do pagamento, só está faltando o repasse da verba destinada à frente pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

O governo federal vai bancar 80% do salário de R\$ 80,00 que os trabalhadores receberão. Os outros 15% serão pagos pelo governo estadual.

As Frentes Produtivas de Trabalho já estão sendo implantadas no interior do Estado. Elas já estão em plena atividade nos municípios de Boa Esperança e Nova Venécia.

Itapemirim negocia aviões com a TAM

O Grupo Itapemirim está negociando com a TÁxi Aéreo Marília (TAM) a concessão das linhas operadas pela Itapemirim Transportes Aéreos Regionais (Itar), que ligam as cidades de Cachoeiro de Itapemirim, Itaperuna (RJ) e Rio de Janeiro.

No pacote da transferência, a Itapemirim inclui ainda dois aviões modelo Grand Caravan 208-B e toda a infra-estrutura operacional que compõe a Itar.

A assessoria de imprensa da Itapemirim enviou um comuni-

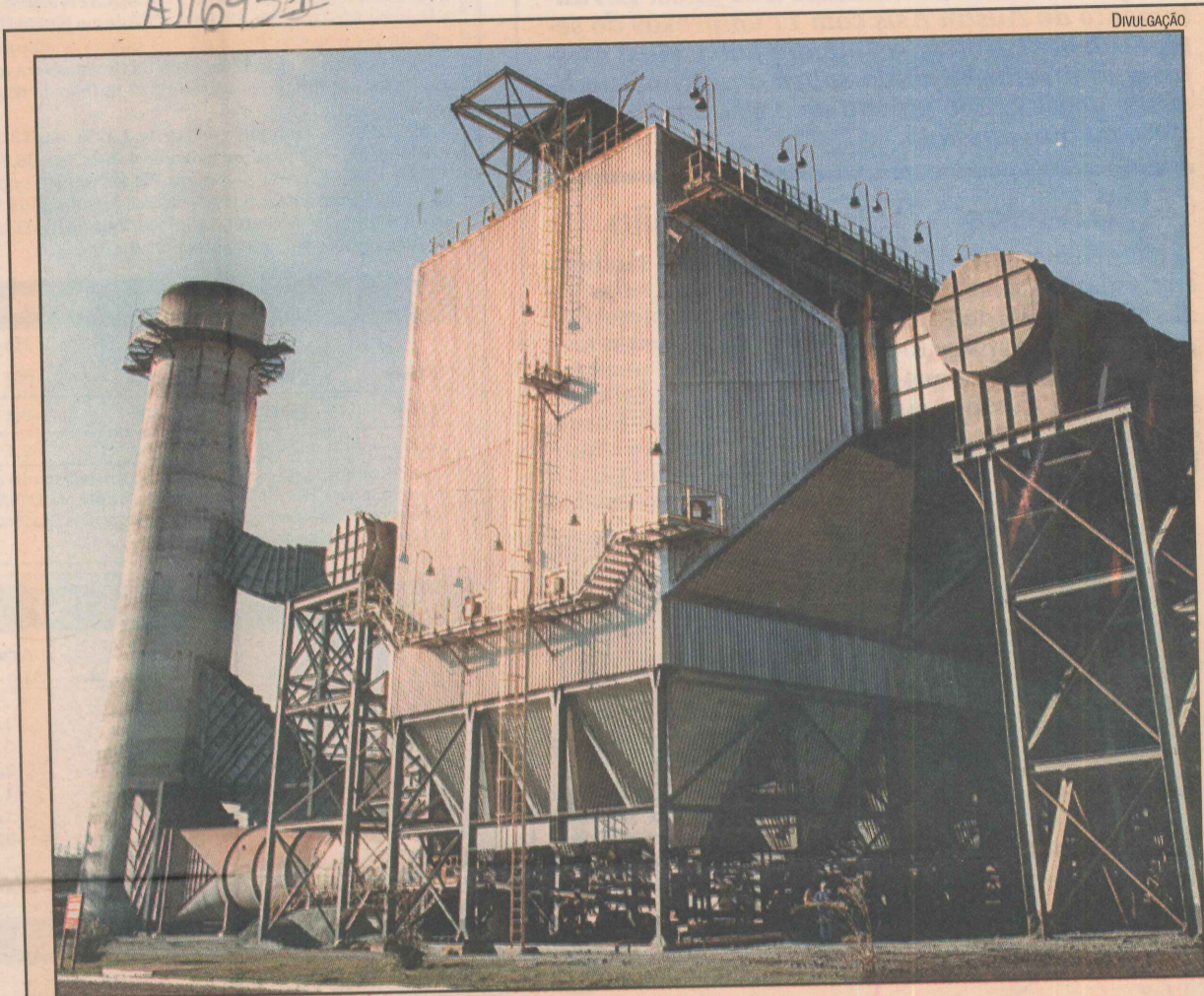
LINHA - A Varig e a Rio-Sul começarão a operar uma linha aérea São Paulo-Rio 24 horas por dia. O anúncio foi feito ontem pelos presidentes da Varig, Fer-

nando Pinto, e da Rio-Sul, Paulo Henrique Coco, no lançamento da ponte Varig Rio-Sul, que também ligará a capital paulista a Belo Horizonte e a Brasília.

cado à imprensa explicando os motivos da venda da empresa aérea do grupo.

"A transferência foi motivada por circunstâncias de mercado e conveniências estratégicas da corporação, visando novos investimentos em outros segmentos de negócios", informou o boletim.

O valor da negociação ainda não foi acertado entre as duas empresas e o resultado do processo de transferência da Itar para a TAM só deverá ser anunciado no final desta semana.



PRECIPITADOR - Entra em operação hoje o último de uma série de precipitadores eletrostáticos na Usina de Pelotização 1 da Samarco Mineração, em Ubu, Anchieta.

Com o equipamento em funcionamento, a empresa estará cumprindo a última exigência do Termo de Compromisso assumido com a Secretaria de Estado para Assuntos de

Meio Ambiente (Seama), em 1994, para a construção da segunda usina de pelotização.

Utilizado para reduzir a emissão de poeira na atmosfera, o precipitador substituirá o atual sistema coletor de pó da Usina 1. O equipamento faz parte de um conjunto de cinco precipitadores, cujos investimentos somaram US\$ 51 milhões.